

**A CRUZ DE CRISTO CONTRA O “PERIGO VERMELHO”: A AÇÃO EDUCATIVA DA IGREJA NA ORGANIZAÇÃO DOS SINDICATOS RURAIS NO SERTÃO DA PARAÍBA**

**LA CRUZ DE CRISTO CONTRA EL “PELIGRO ROJO”: LA ACCIÓN EDUCATIVA DE LA IGLESIA EN LA ORGANIZACIÓN DE LOS SINDICATOS RURALES EN EL SERTÃO DE PARAÍBA**

**THE CROSS OF CHRIST AGAINST THE “RED DANGER”: THE CHURCH'S EDUCATIONAL ACTION IN THE ORGANIZATION OF RURAL UNIONS IN THE SERTÃO OF PARAÍBA**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i1.51958>

Francisco das Chagas Silva Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo, objetiva-se discutir a ação educativa da Igreja Católica na organização e condução do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa (STRPL), criado em 1963, no sertão da Paraíba. Foram analisadas as 15 primeiras atas desse Sindicato nas quais se vê a participação efetiva do Cônego Oriel Fernandes na direção das reuniões, oportunidade em que pregava a união entre as classes, reforçava o anticomunismo e transmitia as notícias do Brasil e do mundo. A partir de uma abordagem marxista, considera-se que esse e outros padres cujos nomes estão presentes nas atas desempenharam o papel de intelectuais, exercendo sua hegemonia ao liderar e controlar ideologicamente os trabalhadores rurais associados ao STRPL.

**Palavras-chave:** Sindicalismo rural. Igreja Católica. Ação educativa. Intelectual. Hegemonia.

**Resumen:** Este artículo pretende discutir la acción educativa de la Iglesia Católica en la organización y conducción del Sindicato de Trabajadores Rurales de Pombal y Lagoa (STRPL), creado en 1963, en el sertão de Paraíba. Se analizaron los primeros 15 minutos de este sindicato, que muestran la efectiva participación del canónigo Oriel Fernandes en la conducción de las reuniones, cuando predicaba la unión entre las clases, reforzaba el anticomunismo y transmitía las noticias de Brasil y del mundo. Desde un enfoque marxista, se considera que éste y otros sacerdotes cuyos nombres están presentes en las actas desempeñaron el papel de intelectuales, ejerciendo su hegemonía al dirigir y controlar ideológicamente a los trabajadores rurales asociados al STRPL.

**Palabras clave:** Sindicalismo rural. Iglesia católica. Acción educativa. Intelectual. Hegemonía.

**Abstract:** This article aims to discuss the educational action of the Catholic Church in the organization and conduction of the Union of Rural Workers of Pombal and Lagoa (STRPL), created in 1963, in the sertão of Paraíba. The first 15 minutes of this Union were analyzed, which show the effective participation of Canon Oriel Fernandes in the direction of the meetings, when he preached the union among the classes, reinforced anti-communism and transmitted the news from Brazil and the world. From a Marxist approach, it is considered that this and other priests whose names are present in the minutes played the role of intellectuals, exercising their hegemony by leading and ideologically controlling the rural workers associated with the STRPL.

**Keywords:** Rural unionism. Catholic Church. Educational action. Intellectual. Hegemony.

## Introdução

*“Nós temos uma história desgraçada...  
nós somos filhos do latifúndio e da escravidão!”*  
(Luiz Werneck Vianna, 2021)

A ponderação feita pelo cientista social Luiz Werneck Vianna, em entrevista ao historiador Marco Antonio Villa (2021), resume centenas de páginas escritas em obras clássicas que tiveram como objetivo analisar a formação histórica do Brasil. Realmente, tivemos uma “história desgraçada”, marcada pelo trabalho escravo indígena e, sobretudo, do africano, uma concentração fundiária existente ainda na atualidade. Esse legado histórico produziu uma população socialmente desigual, cujo acesso aos direitos sociais mais básicos, como educação, moradia e saúde, é um sonho e uma luta constante.

Embora não pareça, a história do Brasil não nos mostra um país pacífico e ordeiro que muitos pensam, ideia que convenientemente satisfaz os interesses das elites. As contestações ao sistema imposto, à exploração do trabalho e à expropriação da terra, foram muitas e de diversas formas, como ressalta Martins (1981). Para esse sociólogo, embora as lutas no campo façam parte da história do Brasil desde a época da colonização, a maioria delas não teve a devida atenção da academia: “A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político” (MARTINS, 1981, p. 26). A explicação para isso, segundo ele, é que a esquerda, pautada no Manifesto do Partido Comunista, julgava como movimentos essencialmente revolucionários aqueles organizados pelo operariado, cabendo aos camponeses a estes se associarem.

Certamente, nessas quatro décadas que nos distanciam da afirmação de Martins (1981) houve avanços nas pesquisas, mas também é fato que muitos conflitos ocorridos no campo foram esquecidos em face do controle da memória social pelos setores conservadores e economicamente dominantes por meio de um processo que Pollak (1989) denominou de “enquadramento da memória”, ou seja, um trabalho de seleção do que lembrar e esquecer do qual a escrita da história termina por colaborar.

À exceção de grandes conflitos, como a Guerra de Canudos, em fins do século XIX, a visibilidade dada aos movimentos sociais do campo só passou a ter destaque nacional, em termos de mobilização e de organização política, em meados do século XX, com as Ligas Camponesas, as quais contaram com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB); e o sindicalismo rural que, também nesse período, e mesmo durante a ditadura, organizou os trabalhadores rurais sob forte influência da Igreja Católica (MARTINS, 1981).

Neste artigo, buscamos compreender a participação da Igreja na criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa<sup>2</sup> (STRPL), em 22 de setembro de 1963. Esses municípios são geograficamente próximos, localizadas no semiárido paraibano, tendo Lagoa sido distrito de Pombal e se desmembrado em 22 de dezembro de 1961. A conquista da região se deu em fins do século XVII e princípio dos oitocentos, e tem relação com a entrada dos currais de gado no interior nordestino.

A escolha desse tema de investigação se dá não apenas por interesses pessoais, visto que sou pombalense, mas também como uma forma de problematizar o nascimento deste e de tantos outros

Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) criados à época e que, contraditoriamente ao esperado, representavam uma forma de desmobilização dos trabalhadores sendo até hoje usados como instrumentos de projeção política dos seus líderes e familiares.

Para o desenvolvimento da pesquisa, além de uma revisão bibliográfica, utilizamos como fonte o Livro de Atas de Reuniões Ordinárias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa (Livro 1, de 1963), no qual tivemos acesso às primeiras atas desse sindicato. Estas encontram-se em boas condições para pesquisa, apesar de algumas avarias trazidas pelo tempo e pela manipulação do papel.

Considerando a participação do Cônego Oriel Antonio de Assis Fernandes na liderança das reuniões do STRPL, analisamos as 15 primeiras atas, de 1963 a 1966, nas quais ele esteve presente. Notícias do Brasil e do mundo eram transmitidas nesses encontros pelo referido padre que certamente tinha acesso a rádio e a jornais, mídias inacessíveis para grande parte do público presente nessas reuniões.

O Cônego Oriel de Assis Fernandes (1911-1969) era natural de Uiraúna-PB. Foi pároco em algumas cidades do interior paraibano e, em fevereiro de 1957, foi nomeado para exercer o sacerdócio na Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pombal, cidade onde foi também professor do Ginásio Diocesano e diretor do único hospital ali existente à época, pertencente à paróquia.

Além disso, fundou uma escola em um bairro popular e construiu capelas em distritos vizinhos. Em função dos serviços prestados à Diocese de Cajazeiras, a qual estava ligada a Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, o padre foi homenageado pela Igreja com os títulos de cônego e de monsenhor. Faleceu em 17 de maio de 1969, tendo sido sepultado na Igreja onde era vigário. A influência que o Cônego Oriel tinha sob a população pode ser conferida pelo fato de, em seu túmulo, durante alguns anos, ter sido comum os fiéis colocarem flores, velas e ex-votos como agradecimentos por supostos milagres recebidos. (CONTANDO SAUDADE, 2011).

Segundo Gonzaga (2008), o “Monsenhor Oriel foi um árduo defensor de sua igreja, de sua fé católica e um forte combatente de outras religiões, protestantismo, espiritismo, ou instituição como a maçonaria. Detestava falar sobre o comunismo”. Pode-se, com isso, perceber o nível de conservadorismo que possuía esse religioso, algo comum à época, embora a Igreja não se constituísse num bloco homogêneo quanto a tais ideias.

Esse texto constitui-se de anotações sobre a relação entre o sindicalismo rural e a Igreja Católica, com ênfase no STRPL. Em face dos limites impostos para a escrita de um artigo acadêmico, não tivemos a pretensão de aprofundar a revisão bibliográfica, mas de levantar alguns indícios e pistas para pensarmos a ação educativa dos intelectuais católicos no controle e direção dos trabalhadores rurais às vésperas do golpe civil-militar de 1964.

Para tanto, munimo-nos de alguns referenciais marxistas de grande profundidade teórica, mesmo sob o risco de sermos superficiais. Mas cremos que as categorias usadas foram capazes de relacionar a ação desenvolvida pela Igreja na organização do STRPL.

### *Educação e hegemonia*

Inicialmente, mesmo que pareça desnecessário, chamamos a atenção para o fato de que educação é muito mais que a instituição escolar. Por isso, destacamos a tão conhecida afirmação de Brandão (2007, p. 7): “Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação”.

Considerando que ninguém “foge” da educação, Brandão (2007) ressalta que esta não só ajuda a pensar tipos de homens, mas também a criá-los, ao passar de uns para os outros o saber que os constitui e legitima. Desse modo, “ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos”. (BRANDÃO, 2007, p. 11)

Nessa direção, Gramsci (1999, p. 399, grifo nosso) explica que

[...] a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente escolares, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários, “amadurecendo” e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre as camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguarda e corpos de exércitos. *Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica*, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais.

Nessa passagem, realçamos a abrangência do conceito de educação para Gramsci ao tomá-la como todos os processos que envolvem o ensino e a aprendizagem presentes nas mediações que ocorrem em quaisquer esferas do ser social. Também chama-nos a atenção a importância dada pelo pensador sardo à perspectiva histórica, distanciando-a de aspectos individuais e particulares, embora não se possa negar as múltiplas determinações históricas que envolvem as vidas dos indivíduos.

Outrossim, ressaltamos que o termo “hegemonia”, elemento central nos escritos de Gramsci, segundo Cospito (2014), possui amplos significados, abrangendo contextos da economia, da literatura, da religião, da antropologia, da psicologia e da linguística. Conforme esse autor, “[...] oscila entre um sentido mais restrito de ‘direção’ em oposição a ‘domínio’, e um mais amplo e compreensivo de ambos. [...] uma classe desde antes de chegar ao poder pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo): quando está no poder torna-se dominante, mas continua sendo também ‘dirigente’” (COSBITO, 2014, p.722). Com isso, podemos relacionar educação à direção e domínio, portanto, à hegemonia e ao controle social.

Com relação à ideologia, Marx e Engels (2007) esclarecem que, nas sociedades de classes, coexistem duas instâncias: a infraestrutura e a superestrutura. Na infraestrutura, ou base econômica, as relações de produção se dão mediante o controle da força de trabalho e dos meios de produção pela classe dominante; já a superestrutura preserva o funcionamento das relações econômicas que interessam à classe que controla o processo econômico e político.

Portanto, é na superestrutura que a ideologia exerce a função de legitimar as visões de mundo e os interesses da classe dirigente. Estão na superestrutura a ideologia e o poder político-legal do Estado que se faz mediante a coerção, quando preciso, da legislação, da máquina administrativa e da educação, sobretudo a formal. Importa frisar que, na perspectiva marxista, o processo de formação das ideias deve ser compreendido a partir das condições históricas e sociais.

Segundo Mészáros (1996), não há na sociedade algo que seja totalmente isento de ideologia. Cita como exemplo o conteúdo de um dicionário, obra que deveria primar pela objetividade, mas que, ao contrário, também reproduz ideias que se pretendem cristalizar na sociedade. Desse modo, o *WordStar Professional*, um programa de processamento de texto, dá um significado positivo às palavras “conservador” e “liberal”, enquanto a expressão “revolucionário” recebe qualificadores negativos como extremista, enfurecido, fanático, radical. Para o filósofo húngaro, na nossa sociedade, tudo está “impregnado de ideologia”, quer a percebamos ou não. Ademais, “[...] em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de maneira a apresentar suas próprias regras de seletividade, tendenciosidade, discriminação e até distorção sistemática como ‘normalidade’, ‘objetividade’ e ‘imparcialidade científica’”. (MÉSZÁROS, 1996, p. 13)

Mas, afinal, como se originam as ideologias? Para Marilena Chauí (2008, p. 23-24): “os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural”. A filósofa realça a tendência dessas ideias ou representações em escamotear a forma como são produzidas as relações sociais e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. “Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os homens legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas” (CHAUÍ, 2008, p. 24).

Nesse sentido, a ideologia consiste na transformação dos pensamentos da classe dominante em ideias que serão dominantes para toda a sociedade, logo, a classe que detém o poder no plano material (econômico, social e político) passa a controlar também no plano espiritual (as ideias). Portanto, Chauí reforça as palavras de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (2007, p. 78, grifos nossos):

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, conseqüentemente, *pensam*; uma vez que dominam como classe e determinam todo âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude e, como conseqüência, *também dominem como pensadores, como produtores de ideias de sua época* e que suas ideias sejam, por conseguinte, as ideias dominantes de um tempo.

De modo professoral, Chauí (2008, p. 86, grifos nossos) explica o modo pelo qual ocorre esse processo:

- 1) embora a sociedade esteja dividida em classes e cada qual devesse ter suas próprias ideias, a dominação de uma classe sobre as outras faz com que só sejam consideradas *válidas, verdadeiras e racionais* as ideias da classe dominante;
- 2) para que isto ocorra, é preciso que os membros da sociedade não se percebam como estando divididos em classes, mas *se vejam como tendo certas características humanas comuns a todos e que tomam as diferenças sociais algo derivado ou de menor importância*;
- 3) para que todos os membros da sociedade se identifiquem com essas características supostamente comuns a todos, é preciso que elas sejam convertidas em *ideias comuns a*

*todos. Para que isto ocorra é preciso que a classe dominante, além de produzir suas próprias ideias, também possa distribuí-las, o que é feito, por exemplo, através da educação, da religião, dos costumes, dos meios de comunicação disponíveis;*

4) como tais ideias não exprimem a realidade real, mas representam a aparência social, a imagem das coisas e dos homens, é possível passar a considerá-las como independentes da realidade e, mais do que isto, inverter a relação fazendo com que a realidade concreta seja tida como a realização dessas ideias.

Em outras palavras, para a autora, os intelectuais ligados à burguesia produzem ideias que levam a sociedade a crer que a desigualdade existe naturalmente e por talentos, ou seja, alguns enriqueceram honestamente porque trabalharam muito, uma oportunidade que todos têm. Também faz-se acreditar que, embora haja uma desigualdade social, todos são iguais perante a lei e o Estado. Nesse caso, esconde-se por quem ou a serviço de quem as leis foram feitas (CHAUÍ, 2008). Em face da importância dos intelectuais, Gramsci (1982, p. 3) observa que: “Cada grupo social, [...], cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...]”.

Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1982, p. 11).

Para o autor, “todos os homens são intelectuais, [...] mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1982, p. 7), visto que, aos intelectuais cabem organizar a hegemonia social de um grupo e o seu domínio estatal. Isto porque, “[...] todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo [...]” (GRAMSCI, 1982, p. 7-8).

Santos (2021), ao analisar alguns conceitos utilizados por Gramsci, reforça a ideia de que “[...] a classe dominante impõe uma concepção de mundo à classe dominada que é estranha à sua realidade, pois a ideologia da classe dominante diz respeito à sua própria função histórica e não aos interesses e função histórica da classe dominada”. Essa imposição, segundo o autor, dá-se de diversas formas, sendo uma destas a educação/escola, instituição utilizada para inculcar os valores da classe dominante.

Com base no exposto, pode-se afirmar que a educação (formal e não formal) se impõe como organicamente necessária às relações de dominação e de direção em qualquer sociedade e no processo de luta das classes trabalhadoras por sua emancipação. Considerando que hegemonia implica poder-direção e dominação-consenso, logo, dominar é igualmente governar, chefiar, mandar, mediante a força ou pelo poder da ideologia; e dirigir corresponde a guiar, conduzir, liderar, também por uso da ideologia ou do carisma que o intelectual tem perante a sociedade. As escolas fazem parte desse processo, embora também possam



servir como meios de emancipação social, a exemplo do que Gramsci (1982) denominou de “escola unitária”.

É no sentido lato de educação, já apresentado por Brandão (2007) e por Gramsci (1982), que passamos a discutir, nas próximas seções, a hegemonia da Igreja na direção e controle dos STR, em particular, na Paraíba.

### ***Igreja e organização dos STR***

Retomemos a epígrafe do início deste artigo. Se “nós temos uma história desgraçada”, como afirmou Vianna (2021), isso não se deve apenas à má distribuição das terras e à escravidão, mas também ao controle ideológico de instituições como a Igreja Católica. Embora não possamos vê-la como um bloco homogêneo, não podemos esquecer a legitimação dada por esta instituição ao sistema socioeconômico na Colônia. Os sermões do Pe. Antonio Vieira, dirigidos aos homens e mulheres escravizados nos engenhos da Bahia, membros da Confraria da Nossa Senhora do Rosário, são emblemáticos quanto a esse aspecto:

Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: *Imitatoribus Christi crucifixi*, porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dous madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o cetro de escárnio, e outra vez para a esponja em que Lhe deram o fel. A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos: Cristo sem comer, e vós famintos: Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoutes, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio. (VIEIRA, 2011, não paginado).

Para Ferreira Jr. e Bittar (2003, p. 43), essa “pedagogia da escravidão” expressa aspectos da concepção educativa propugnada pelo Pe. Vieira durante as suas contraditórias pregações, pois “[...] o ato educativo era inseparável da aculturação católica e, quanto a esta, é perceptível que o pregador jesuíta visava convencer os negros de que a escravidão era a única forma de salvação da alma [...]”. Os autores salientam que, para o Pe. Vieira, a escravidão negra “[...] estava em consonância com os próprios interesses econômicos professados pela Companhia de Jesus ao longo dos 210 anos (1549-1759) em que perdurou a sua hegemonia educacional no Brasil” (FERREIRA JR.; BITTAR, 2003, p. 45).

Portanto, os sermões do Pe. Vieira e os de outros representantes de Deus na Terra tiveram, com raríssimas exceções, um efeito disciplinador com fins de manter a ordem social. Conforme Vanilda Paiva (1985), após a Segunda Guerra Mundial, a Igreja passou a ser vista como um importante instrumento de controle dos “impulsos irracionais” das camadas populares nas zonas urbana e rural.

Visando impedir uma possível revolução comunista, a doutrinação religiosa foi associada à ação educativa: “[...] para a Igreja mantém-se a importância da ação no meio rural, nas pequenas comunidades, de modo a ‘não perder’ o homem do campo; mas coloca-se igualmente a busca de formas modernas de ação no meio urbano, ‘reconquistando’ os trabalhadores” (PAIVA, 1985, p. 13). A nova postura da Igreja deve-se ao crescimento do êxodo rural e à ameaça da chegada das “ideologias alienígenas” ao campo<sup>3</sup>.

Assim, essa instituição passou a denunciar as condições de vida da população rural e a defender o acesso à terra (PAIVA, 1985). É nesse cenário que podemos entender a mensagem ao patronato na Carta Pastoral de Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha-MG, publicada em 1953:

Longe de nós, patrões cristãos, fazer justiça movido pelo medo. Antecipai-vos à revolução. Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja. Não leveis, com vossa atitude, à ideia errada de que o comunismo tem razão quando afirma ser a religião uma força burguesa. O Cristianismo não se contenta com vossas esmolas – exige de vós justiça para vossos trabalhadores. Dai-lhes uma condição humana e cristã. E isso não com o pavor da revolta mas por uma questão de fé, pois a fé nos ensina que, sendo todos filhos do mesmo Pai que está nos céus, somos todos irmãos. Há de haver na terra lugar para todos nós. Deus não errou a conta e o mundo há de abranger-nos, sem necessidade de mutuamente nos devorarmos. (ENGELKE, 1953 *apud* DOMBROWSKI, 2006, p. 2).

Usando da sua influência e autoridade eclesiástica, Dom Inocêncio pedia aos “patrões cristãos” que se antecipassem à revolução proporcionando melhorias nas condições de vida e de trabalho por uma questão de “espírito cristão”, pois, ao assim procederem, combateriam o comunismo como alternativa mais viável para as mudanças. Na mensagem veiculada pelo bispo mineiro, a paz e a justiça ocorreriam naturalmente por meio da cooperação entre as classes, sendo, assim, urgente a implantação de um capitalismo humano, respeitador das leis e dos direitos de todos.

Para Martins (1981, p. 88), a Carta Pastoral de D. Inocêncio é reacionária, pois:

A preocupação era com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade de a Igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários. A questão era desproletarizar o operário dos campos, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornava vulneráveis à agitação e ao aliciamento dos comunistas, como assinalariam outros documentos produzidos por outros membros do episcopado. No entender dos bispos, só a fixação do homem à terra evitaria o êxodo, a proletarização. A transformação do trabalhador em pequeno proprietário constituía assim a única saída para salvá-lo do comunismo.

Em outro trabalho, Martins (1999) esclarece a miscelânea de ideias que se tinha à época acerca da reforma agrária, preconizada por grupos antagônicos, em nome do conservadorismo ou da revolução: “De um lado, havia uma proposta de reforma agrária claramente conservadora, sobretudo a mal definida reforma católica. De outro, havia uma proposta de reforma agrária radical, a das Ligas Camponesas, também ela não muito clara” (MARTINS, 1999, p. 103). Quanto à Igreja, esta tinha a reforma agrária como um dos seus objetivos, porém contido e limitado dado o temor de questionar os direitos da classe de proprietários de terra.

Não faltaram ações voltadas para o desenvolvimento desse novo projeto da Igreja, que passou a usar as mídias de que se dispunha à época, como jornais, panfletos e rádio, embora este último fosse um objeto de luxo e ficasse restrito às pessoas mais abastadas. No entanto, era um excelente meio de divulgação política, como observa Sevckenko (1998, p. 587): “Já no início dos anos 20, o populismo descobrira no rádio a sua pedra filosofal, capaz de transformar a massa amorfa de ouvintes na força agregadora da paixão política”. Um exemplo do poder dessa mídia foram as transmissões dos discursos de Getúlio Vargas, pela Rádio Nacional, e o noticiário radiofônico estatal a “Voz do Brasil”.



Tomando como exemplo o estado do Rio Grande do Norte, o Pe. Eugênio Sales criou o Serviço de Assistência Rural, o Movimento de Educação de Base e a Emissora de Educação Rural cujos usos pela Igreja tinham fins claros: gerar convencimento e entravar o “avanço comunista” que supostamente ameaçava o campo, sobretudo com a expansão das Ligas, as influências da vitória da Revolução Cubana e a ação crescente do PCB (CRUZ, 1985).

Segundo Paiva (2014), no Rio Grande do Norte, a Igreja organizou suas bases laicas na Ação Católica de modo que esta passasse a agir na sociedade civil: “Os *militantes* da Ação Católica atuaram como interlocutores entre a Igreja e as massas sociais, organizando política e ideologicamente essas massas, dentro de um *humano apostólico e cristão*, integrando-as no processo desenvolvimentista então em curso no país” (PAIVA, 2014, p. 22, grifos da autora). Quanto a essas ações educativas, consoante essa pesquisadora,

No que se refere à alfabetização pelo rádio, com a adesão das Dioceses de Mossoró e Caicó, à época, respectivamente, segunda e terceira maiores cidades do Estado, a Igreja conseguiu uma inserção no meio rural que cobria quase a totalidade física do Estado, sem falar no poder de alcance das ondas sonoras do rádio, que extrapolava esse espaço geográfico. Com o sindicalismo rural a Igreja conseguiu penetrar no meio dos trabalhadores rurais, disseminar o ideário católico, desenvolvendo uma ação que poderíamos chamar de missionária. (PAIVA, 2017, p. 138)

Paiva (2017, p. 140-141) reforça a importância dessa educação por meio das rádios: “Em 1959, a Emissora de Educação Rural já atingia 36 municípios: 34 na Arquidiocese de Natal, 1 na Diocese de Caicó e 1 na de Mossoró”. Vale salientar que esses números se referem só ao Rio Grande do Norte, mas é importante destacar que essas emissoras ultrapassavam os limites territoriais desse estado, pois não eram poucas as cidades da Paraíba e do Ceará, próximas a Natal, Caicó e Mossoró que recebiam as ondas da Rádio Rural.

Graças à conotação pedagógica dada às suas ações, a Igreja preservou a sua hegemonia nas comunidades rurais, ao neutralizar as influências comunistas por meio de uma evangelização na qual “[...] estava implícita a elevação do nível de vida das populações rurais, embora em harmonia com a ordem capitalista vigente. Não é um acaso a proposta do cooperativismo, bastante difundida nos movimentos da Igreja de Natal” (PAIVA, 2017, p. 144).

Quanto à Paraíba, neste estado, era forte a mobilização dos trabalhadores do campo em torno das Ligas Camponesas, associações que tiveram seu auge com a criação da Sociedade de Agricultores, Plantadores e Pecuaristas Pernambucanos (SAPPP), em 1955, no Pernambuco. A partir desta, outras organizações semelhantes nasceram nos estados vizinhos e logo as Ligas Camponesas tomaram uma dimensão nacional, embora tenha obtido mais destaque no Nordeste (PESSOA, 2015; SILVA, 2020).

Segundo Clodomir Santos de Moraes (1997), um dos mais destacados líderes das ligas<sup>4</sup>, até 1963, no Brasil, era rígida a restrição ao sindicalismo rural, dado o comprometimento dos governos com os latifundiários. Assim, a única possibilidade residia em atuar no âmbito do Código Civil, visto que era admitida a organização de associações de caráter não especificamente trabalhistas. Moraes relata a praticidade que era a criação de uma dessas Ligas: “[...] sua constituição se realizava em uma semana, tempo necessário para reunir determinado número de camponeses, redigir uma ata, publicar a síntese dos estatutos no Diário oficial e registrá-la em um cartório”.

Feito isto, suas filiais gozavam, automaticamente, de caráter legal, da liga fundada [...]” (MORAIS, 1997, p. 22-23). O autor acrescenta que “[...] no trabalho de conscientização e politização camponesa, participaram cantadores e violeiros; estudantes de medicina, curando as doenças dos camponeses; estudantes de direito, atuando contra os latifundiários; grupos de teatro estudantil, entretendo e educando politicamente a família do camponês etc.” (MORAIS, 1997, p. 23).

Na Paraíba, as Ligas criadas seguiram a estrutura da SAPPP, no Pernambuco, baseando-se no seu estatuto e, igualmente aos outros estados, contou com a forte influência do PCB no movimento. A primeira destas foi a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, fundada em 1958, sob a liderança de João Pedro Teixeira e, após o seu assassinato, da sua viúva Elisabeth Teixeira, tornando-se a maior do Brasil, com 13 mil associados. A criação da Liga de Sapé estimulou a expansão de outras e, em 1961, foi fundada a Federação das Ligas Camponesas da Paraíba (SILVA, 2020; XAVIER, 2010).

Embora Silva (2020) afirme que as primeiras Ligas na Paraíba não nasceram nas áreas das usinas, como no Pernambuco, logo estas associações tomam impulso nesses espaços. O pesquisador relata as transformações no uso da terra e nas relações entre patrões e empregados nas áreas produtoras de cana-de-açúcar para as usinas. “A expansão e fortalecimento das usinas fizeram da terra motivo de disputa. Nesta conjuntura ocorreu o crescimento da expulsão dos trabalhadores rurais. Os lotes de terra, antes ocupados por moradores e pequenos proprietários, agora se tornavam canaviais” (SILVA, 2020, p. 88).

Não é de se surpreender que a criação das Ligas na Paraíba foi acompanhada por uma reação violenta por parte dos grandes proprietários de terras<sup>5</sup>. Os métodos foram variados: ameaças de expulsão das terras e de morte; cooptação de lideranças; espancamentos, invasões e destruições de residências; prisões; criação de milícias particulares armadas e, por fim, assassinatos de lideranças, como ocorreu com João Pedro Teixeira<sup>6</sup>, morto em abril de 1962, em uma emboscada.

Assim, além das ações repressivas contra essas associações, os grandes proprietários de terra paraibanos resolveram criar a Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba (APREP), posteriormente conhecida como LILA – Liga dos Latifundiários, decisão noticiada pela imprensa:

Os proprietários rurais da Paraíba, signatários do presente documento, impressionados com o perigo iminente que ameaça a vida social do País, notadamente, no Nordeste, onde se prepara, abertamente, a subversão da ordem e se perdura, afrontosamente, uma revolução comunista, a pretexto de redimir o proletariado camponês de injustiças pluri seculares, vêm a público concitar a numerosa classe espalhada por todas as regiões do Estado para uma histórica tomada de posição e definição clara de atitude. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 17/04/1962 *apud* SILVA, 2020, p. 103).

Contudo, uma saída para o problema surgiu com a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), regulamentada pelo Decreto nº 1.878/1962. Neste documento, são apresentadas as várias finalidades da SUPRA, dentre as quais destacamos: “[...] incentivar e promover a organização de associações de agricultores sem terra e de pequenos e médios proprietários, de sindicatos de trabalhadores rurais, bem como de cooperativas de produção e de consumo nos núcleos agrícolas” (BRASIL, 1962). Logo, as dificuldades para a criação de um STR foram reduzidas e se multiplicaram os sindicatos reconhecidos pelo Estado.

Para a Igreja, a sindicalização rural passou a ser uma arma contra as Ligas e a temida ameaça

comunista. O número de adesões aos sindicatos criados sob a influência da Igreja chegou a suplantar ao das ligas, conforme Dezemone (2008, p. 207): “[...] numericamente, em julho de 1963, período de intensas mobilizações, somente no estado de Pernambuco, berço das Ligas Camponesas, estes sindicatos de orientação católica respondiam por 200.000 afiliados enquanto que as Ligas possuíam 40.000”. O pesquisador pondera: “É evidente que isso não quer dizer que a quantidade de filiados, resulte, automaticamente, em maior ou menor mobilização, mas sim, de que *a maioria se afasta das propostas e concepções das Ligas*, além de conferir maior reconhecimento e legitimidade política à força que agrega mais membros”. (DEZEMONE, 2008, p. 207, grifo nosso)

No que diz respeito à sindicalização rural na Paraíba, é importante frisar que, nesse estado, a Igreja não teve tanto destaque quanto no Pernambuco e no Rio Grande do Norte, pois:

A Igreja Católica na Paraíba não chegou a constituir um organismo do porte da SAR (Serviço de Assistência Rural – Rio Grande do Norte) ou do SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), nem mesmo contou com presença significativa do MEB (Movimento de Educação de Base), tal como ocorreu em outros estados do Nordeste, porém se formaram duas equipes de sindicalização rural que, embora modestas, quanto ao número de componentes, recebiam o auxílio dos estados vizinhos para implantação de suas metas. (NOVAES, 1997, p. 33 *apud* PESSOA, 2015, p. 52).

Um veículo de propaganda anticomunista usado pela Igreja na Paraíba foi o jornal *A Imprensa*. Na pesquisa de Silva (2020) é farta a menção às “armadilhas” e aos “perigos” do comunismo e sua associação ao ateísmo. Citamos dois desses textos como exemplos:

[...] mais do que a heresia do protestantismo, a praga do espiritismo e baixo, da maçonaria, o comunismo, com rios de lágrimas e de sangue, preparou um enorme império sem Deus, contra Deus! E ameaça com seus sustentáculos o mundo. Terrível atentado à liberdade dos homens. Tremendo desafio à nossa capacidade de cristãos. (A IMPRENSA, 05/06/1960, p. 7 *apud* SILVA, 2020, p. 111)

Todo comunista, por força da doutrina que abraçou e professa, será sempre uma criatura revoltada contra tudo o que nesta terra respira paz, ordem, harmonia e prosperidade cristã. Acabará por formar-se um coração de pedra endurecido pelo ódio a Deus, que êle nega com os lábios e confessa nas ações. (Senão, por que combater a Deus?... ) E dêsse coração assim possuído por Satanás, brotam tôdas essas blasfêmias, zombarias, insultos contra Deus e seus Santos, esses maltratados, perseguições, prisões, mortes etc... contra os cristãos. (A IMPRENSA, 03/07/1960, p. 2 *apud* SILVA, 2020, p. 111)

O jornal católico paraibano também relacionava o comunismo à falta de liberdade: “O Comunismo é a restrição à liberdade [...] nós somos e sempre seremos visceralmente anticomunistas, porque queremos ser livres para dizer de público o que pensamos e o que sentimos contra quem quer que seja, mesmo que o chicote nos lanhe o couro” (A IMPRENSA, 11/12/1960, p. 3 *apud* SILVA, 2020, p. 112).

Paralelo ao fortalecimento das Ligas Camponesas na Paraíba, *A Imprensa* buscou reafirmar a posição da Igreja acerca da reforma agrária. É verdade que a Igreja reconhecia os problemas das populações pobres camponesas, mas não perdia a chance de acusar os comunistas de oportunismo subversivo, apresentando-se como uma “terceira” ou única via capaz de promover a harmonia social de acordo com os preceitos cristãos (SILVA, 2020).

Com a possibilidade de organização dos STR, criada pela SUPRA, o clero paraibano abraça a causa camponesa em nome da justiça social e do anticomunismo, tendo como discurso a conciliação de classes dentro da ordem estabelecida. Silva (2020), em seu estudo sobre a sindicalização rural no Brejo paraibano, enfatiza a participação do clero em contraposição às Ligas Camponesas, motivo pelo qual esses sindicatos ficaram conhecidos como “Sindicatos dos Padres”. O autor frisa que os primeiros STR da Paraíba foram criados na mesorregião do Sertão, resultantes dos trabalhos de padres, como é o caso do primeiro dessas associações, em Catolé do Rocha, sob a liderança do Frei Marcelino. Porém, foi na zona canavieira, distante geograficamente do Sertão, que as disputas entre a Igreja e as Ligas pelo controle da organização camponesa se acirraram.

No Sertão, longe da atuação das Ligas, logo uma rede de sindicatos foi organizada pela Igreja a partir daquele criado em Catolé do Rocha. Era preciso se preparar para combater os inimigos comunistas que não tardariam a chegar.

### ***O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e de Lagoa (STRPL)***

As 15 atas do STRPL, tomadas como fontes para essa pesquisa, estão no Livro I de 1963 (Figura 1). Dessa forma, identificaremos cada ata apenas pelos números e datas das sessões. As escritas que nelas encontramos demonstram que esses documentos não foram redigidos pela mesma pessoa, apesar da existência de secretário na diretoria.

Figura 1: Livro de Atas nº 1 do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e de Lagoa (1963)



Fonte: Registro feito pelo autor.

As datas dos documentos evidenciam que as primeiras reuniões, nos anos de 1963 e 1964, ocorreram muito próximas umas das outras, provavelmente devido à necessidade de organização dos sindicalizados, à adesão dos trabalhadores rurais, ao cenário histórico nacional e à necessidade urgente de consolidar aquele órgão perante a sociedade. A partir de 1965 percebemos uma distância temporal de até 6

meses, tornando-se ainda maior doravante, pois a 16ª reunião só ocorreu em fevereiro de 1969, exatos três anos após a 15ª sessão. Os motivos da irregularidade nessas sessões não foram explicitados nas atas, mas podem ter relação com a fragilidade desse sindicato e com a tensão gerada pelo governo militar, mesmo estando o STRPL alinhado a este.

A abertura do livro de atas se dá com o registro de criação do STRPL, em 22 de setembro de 1963, no prédio do antigo cinema de Pombal, o Cine Lux, hoje demolido. Na solenidade esteve presente “[...] grande número de trabalhadores rurais deste e do município de Lagoa, perante delegações de trabalhadores rurais de Cajazeiras e de Catolé do Rocha, esta sob a *chefia* do seu vigário Frei Marcelino de Santana” (SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE POMBAL E LAGOA, 1963, grifo nosso).

Coube ao Cônego Oriel, pároco de Pombal, compor a mesa diretora do trabalho e passar a condução da reunião ao Frei Marcelino de Santana que abriu a sessão e facultou a palavra ao presidente do STR de Catolé do Rocha que, “[...] em *rápidas palavras*, explicou para os presentes as finalidades do sindicato a sua base legal e apôio na legislação vigente”. [*sic.*] (grifos nossos)

Após ser composta a direção do STRPL, por aclamação, um estudante, cujo nome não foi citado na ata, discursou e, em seguida, o Sr. José Fernandes Sousa, presidente do STR de Catolé do Rocha, em sua fala:

[...] advertiu os seus colegas de Pombal contra as *propagações falsas que haverão de surgir no sentido de macular ou nodoar com a pecha de comunista os sindicatos que estão se alastrando pelo sertão paraibano*, máxime aqueles que contam com a [lacuna deixada pelo redator] segura dos documentos papais em particular a Encíclica *Mater et Magister* de Santidade o Papa João XXIII (grifo nosso).

Dois outros discursos merecem destaque nessa ata: o do presidente da sessão, Frei Marcelino de Santana, e o do Cônego Luis Gualberto de Andrade, pároco de Cajazeiras-PB. Quanto ao primeiro, este:

Aludiu a insegurança que cerca o trabalhador rural no final da sua existência em contraposição a outras classes de obreiros que contam depois de longo período de lutas e canceiras [*sic.*] com um amparo legal a aposentadoria. [...] “É de justiça”, disse ele, que estamos a precisar, porque a paz é feita da justiça. E se quisermos paz e tranquilidade faça-se primeiro justiça, o que deve ser preocupação de todos, máxime dos governos e dos detentores do poder em favor dos subalternos e inferiores. Os trabalhadores tem a sua grande importância de vez que são eles os produtores de tudo quanto passa pela mesa do pobre e enfeita a mesa do rico. O sindicato assim vai melhorar, pela promoção o homem do campo. Referiu-se aos 2 inimigos comuns de todos nós: o comunismo, *antro de farsa e desumanidade, extintor da liberdade humana*; e o capitalismo. [...] não é pelo ser rico, possuir patrimônio etc. O que condena é o lado parasitário do capitalismo. (Grifo nosso)

O Cônego Luis Gualberto de Andrade parabenizou os trabalhadores ali presentes e salientou que

[...] aquela entidade trazia o sinal sadio da doutrina da Igreja. *Falou sobre um fato real e entristecedor: o de o conhecido líder comunista Francisco Julião, deputado pernambucano, as escondidas estar se correspondendo com agricultores do nosso município*, lamentando o orador que não houvesse apreendido essas correspondências para a prova. Aludiu ainda [texto ilegível] feito ver a S. Exª o Sr. Bispo Diocesano, em reunião do clero, queurgia que se apregoaassem e espalhassem os sindicatos do sertão (Grifo nosso).

A ata de fundação do STRPL deixa patente não apenas a ação educativa da Igreja no intuito de intervir na organização dos trabalhadores rurais, mas também em controlar ideologicamente esse público,



fato que pode ser percebido quando da abertura da reunião pelo Cônego Oriel e não a um líder camponês de Pombal ou Lagoa. É possível inferir que provavelmente foi esse clérigo o responsável pela ocorrência daquele evento, arregimentando os seus pares e o público presente.

A direção do evento foi concedida ao Frei Marcelino, “chefe” – como escreveu o redator da ata – da comitiva do STR de Catolé do Rocha. Com algumas exceções, os padres tiveram maior destaque nos discursos, pois, estranhamente, nem mesmo o presidente do novo sindicato, eleito por aclamação, fez qualquer intervenção e, se o fez, não foi citado na ata. Portanto, temos argumentos plausíveis para afirmar que o STRPL foi mais um “sindicato dos padres”, como destaca Silva (2020) em sua pesquisa sobre o sindicalismo na região do brejo paraibano.

Merece atenção o discurso conformista do Frei Marcelino ao salientar o direito à aposentadoria, como se isso fosse de fato a coisa mais importante para aqueles trabalhadores depois de anos de sofrimentos, humilhações e injustiças. Obviamente, a aposentadoria era um alento, embora muitos continuassem trabalhando, em suas pequenas lavouras, mesmo depois de aposentados. O discurso de conciliação continua quando o frade afirma que “[...] a paz é feita da justiça”, logo os presentes deveriam confiar na justiça que vinha “[...] dos governos e dos detentores do poder em favor dos subalternos e inferiores”. Ou seja, a justiça de que os trabalhadores necessitavam viria de cima, devendo os pobres terem paciência e esperá-la, afinal, quem se “atreveria” a buscar justiça contra um grande proprietário de terras?

Também é digno de ressaltar o estímulo ao medo do comunismo nos discursos dos líderes sindicais – que certamente reproduziam o que ouviam dos padres – e os do clero. O Frei Marcelino reforçou o comunismo como um inimigo que precisava ser combatido por ser um “[...] antro de farsa e desumanidade, extintor da liberdade humana”; já o Cônego Luiz Gualberto, para acirrar o pavor e destacar o perigo iminente do comunismo, mencionou a existência de cartas de Francisco Julião, líder do PCB, para os trabalhadores rurais da região.

Embora não possamos negar o fato relatado pelo Cônego, visto que havia uma expansão das Ligas Camponesas na Paraíba (PESSOA, 2015), também não podemos dar créditos a uma notícia sem comprovação, baseada em boatos, com a intenção clara de amedrontar os presentes. Não podemos esquecer que o contexto da época era propício a esse tipo de comentários e que, vindos de um padre, adquiria imediatamente o *status* de verdade, principalmente porque o vigário em questão era um respeitado educador.

Nesse sentido, endossamos as análises de Paiva (2014) que, ao pesquisar a ação educativa da Igreja Católica no Rio Grande do Norte, no período de 1940 a 1960, considerou que “A Igreja, como instituição religiosa da sociedade civil, se apresenta revestida de uma aura carismática, divina [...] presença material dos *desígnios divinos* na terra” (PAIVA, 2014, p. 20, grifo da autora). Logo, para uma população predominantemente católica e sem acesso aos meios de comunicação, como não acreditar nas palavras daqueles que eram os mensageiros de Deus?

Para os representantes eclesiásticos e os poucos palestrantes da sessão só havia uma forma de lutar contra o perigo que se aproximava: a união dos trabalhadores nos sindicatos liderados pela Igreja. Todavia, a referência à Carta Encíclica *Mater et Magister* de S. S. João XXIII, de suma importância para os católicos, acalmava os camponeses pois mostrava que a Igreja estava empenhada na luta contra o



comunismo. A bem da verdade, o capitalismo foi criticado “pelo seu lado parasitário”, mas não pela concentração de riquezas, como se esta não se originasse da exploração da classe trabalhadora.

Em 18 de outubro de 1963, poucos dias antes de completar um mês de criação do STRPL, deu-se a sua primeira reunião. O local foi o salão paroquial, sede provisória do sindicato, conforme a segunda e algumas atas, fato que revela a relação de proximidade entre aquele órgão e a Igreja. Podemos inferir que não havia nada mais conveniente que as reuniões se dessem num espaço de controle dessa instituição. Segundo o redator da Ata nº 2 – um documento curto, com apenas uma página – o presidente Manoel Vieira Ferreira abriu a sessão e, em seguida, passou a palavra para o Cônego Oriel Fernandes. Este explicou aos presentes a importância da fundação do sindicato (o texto não dá detalhes) e, em seguida, “leu e explicou uma parte dos Estatutos que falava sobre os motivos de Eliminação e suspensão de um operário do Sindicato” (*sic*). Essa parte da ata gera um questionamento: por que trazer o tema da expulsão e/ou suspensão de um “operário” na primeira reunião do sindicato? Novamente uma forma de mostrar quem está no controle daquela organização?

Outrossim, chamou-nos a atenção o fato de a escrita do texto deixar clara que este não foi redigido por um único redator, nem mesmo pelo secretário Francisco Fernandes Pinheiro, visto que a sua assinatura não é parecida com as caligrafias presentes na ata. Podemos entender isso como um detalhe simples, sem importância, mas é possível que revele as limitações dos dirigentes do STRPL com relação a esse tipo de documento; o nível de escolaridade do secretário; ou o fato de aquele documento ter sido escrito depois, apenas para formalizar o evento, e o secretário assinou. Precisamos considerar que estamos falando de uma época e de uma cidade do interior de um estado pequeno em que possuir o curso primário ou ginasial completo era fator de distinção social.

A terceira ata do STRPL data de 1º de novembro de 1963, ou seja, menos de duas semanas após a segunda e ocorreu em sua sede provisória, o salão paroquial. O texto da ata é sucinto, com menos de uma página, mas deixa implícitas algumas informações importantes. O redator afirma que “Por razão superior”, o presidente do sindicato não pôde participar, sendo a sessão aberta com uma palestra do Cônego Luiz Gualberto “o qual falou sobre o Sindicato em geral e depois sobre Sindicato Rural e ressaltou sobretudo a união que deve haver na classe, pois a união faz a força” (*sic*). O padre também destacou a importância da assistência médica e dentária aos sindicalizados e, após avisar a respeito de uma visita do governador a Pombal, orientou que estes “[...] fizessem um apêlo ao mesmo pedindo reivindicações dos seus direitos” (*sic*). Percebe-se claramente o tipo de sindicato que estava a se constituir: um órgão não de mobilização de classe, mas assistencialista e dedicado a pedir favores aos políticos, que, em troca de concessões sociais, receberiam votos.

Importa realçar que o Cônego Oriel, segundo Gonzaga (2008, n.p.), “Gostava de política e não escondia sua simpatia pelo PSD de Ruy Carneiro, mas, respeitava a lei da igreja que o impedia de militar partidariamente e mantinha um bom relacionamento com o deputado Chico Pereira”<sup>7</sup>. É evidente que Gonzaga não teve o propósito de mostrar algum tipo de envolvimento político-partidário do padre com esses chefes políticos que, inclusive, eram oponentes. Mas isso nos dá pistas para perceber a habilidade do

Cônego Oriel em se relacionar bem com os dois chefes políticos locais, posição de neutralidade que supostamente renderia benefícios para a Igreja e/ou para o STRPL.

Oito dias depois, em 9 de novembro de 1963, ocorreu a quarta sessão do STRPL. O documento é curto e tem como principal assunto o relato do presidente sobre a sua participação em um congresso de presidentes de STR da Paraíba, em João Pessoa: “[...] o nosso presidente apresentou as necessidades daqui salientando a fundação sobretudo de Escolas primárias na zona rural” (sic.). Em seguida, houve a leitura dos estatutos. Em mais de uma ata encontramos a informação dessa leitura do Estatuto, o que nos leva a supor que, sendo grande parte dos sindicalizados analfabetos ou semianalfabetos, esses momentos serviam para ouvir o que estava escrito nesse documento.

A quinta sessão do STRPL ocorreu em 23 de novembro de 1963, novamente, com a ausência do presidente. O tesoureiro fez a abertura formal da reunião e, como das outras vezes, passou a palavra para o Cônego Oriel Fernandes que:

[...] pediu um voto de pesar pela morte do Presidente da América do Norte John Fritegerald Kennede, *pioneiro da Democracia contra o Comunismo em que procura destruir a humanidade através de suas doutrinas*. Da mesma forma um voto de pêsames pela morte do governador do Texas que acompanhava Kennede no carro presidencial e foi Alvejado por balas de um indivíduo que pertencia ao comite Pro-Cuba. *O vigário tecen comentários a respeito do sistema de governo em que é praticado em Cuba frisando principalmente a liberdade de opinar sobre a situação* (sic). (Grifo nosso).

Perceba-se a grande relevância dada ao assassinato do presidente dos Estados Unidos, uma oportunidade ímpar de aterrorizar os presentes contra a ameaça comunista, a qual já estava relativamente próxima do Brasil, em Cuba, onde, segundo eles, era cerceada a liberdade de expressão. É provável que estas ideias se alinhavam ao contexto de ajuda dada pelo presidente John Kennedy aos países pobres da América Latina, dentre estes, o Brasil, por meio da chamada “Aliança para o progresso”, criada em 1961.

Em 1964, a primeira sessão do SRTPL ocorreu no dia 21 de março. A Ata nº 7 inicia relatando, mais uma vez, a ausência do presidente do sindicato e a abertura da sessão pelo tesoureiro que, como era comum, “[...] passou a palavra ao Cônego Oriel para fazer *comentários a respeito da situação do país*” (grifo nosso). O redator do documento assim resumiu a elucubração do padre:

Iniciando a sua palestra, o Côn. Oriel falou sobre as reformas, pregadas pelo Presidente da Republica, o Dr. João Goulart, que ao ser vêr, *está dando margens ao comunismo, de implantar no Brasil, sendo ele o mais culpado, por viver cercado de gente que não merece confiança*. Contra essa onda de confusão em que se encontra a nação, a capital de S. Paulo lançou um movimento “Frente Democrática da Família Cristã” para combater contra o comunismo. Continuando a sua conversa com os camponeses o vigário da Matriz de Pombal falou sobre a reforma Agrária no pensar da Igreja através da palavra de seus bispos e alguns sociólogos católicos que achão *não ser necessario dividir a Terra dos particulares e sim a da nação brasileira em que se encontra sem nenhuma serventia* (sic). (Grifos nossos).

Alguns pontos dessa ata precisam ser enfatizados. O primeiro é o destaque dado pelo seu redator ao Cônego Oriel para que falasse “a respeito da situação do país”. O texto não passa a ideia de que o padre iria apenas tecer suas opiniões sobre o cenário histórico da época, em conversa com os trabalhadores presentes. Ao contrário, percebe-se a reverência dada ao sujeito que iria discursar sobre o momento histórico delicado que passava o país. Um segundo ponto a frisar é que o clérigo, declarando a sua filiação à ala conservadora da Igreja, critica o presidente João Goulart pela sua proximidade com pessoas desmerecedoras

de confiança, ou seja, sindicalistas, partidos de esquerda e os movimentos sociais que apoiavam o seu governo. Por fim, frisamos que a reforma agrária, defendida pela ala conservadora da Igreja da qual o Cônego Oriel fazia parte, ao contrário da Reforma propugnada pelas Ligas – “na lei ou na marra” –, propunha apenas ajustes na estrutura fundiária, mantendo a ordem social.

Em 4 de abril de 1964, poucos dias depois do golpe civil-militar, foi realizada a oitava sessão do STRPL. Conforme as anteriores, dada à ausência do presidente, o tesoureiro presidiu a reunião e logo facultou palavra para o Cônego Oriel Fernandes. Este apresentou, aos presentes, o padre Gervásio Fernandes como “[...] dinâmico e batalhador das causas das classes humildes”. O Pe. Gervásio mencionou a intenção de, naquele dia, criar o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos, “[...] mas hoje sendo inconveniente, devido o estado de revolução em que passou a nação a 4 dias passados. Continuando explicou que *o sindicato não era associação de caráter político*, e sim que visa o bem do homem do campo [...]” (sic.) (Grifo nosso). O orador deu continuidade ao seu discurso pregando a união entre a classe e destacou a falta de assistência dos poderes públicos

Ao que tudo indica, para o Pe. Gervásio, pelo menos no seu discurso, fazer política significava estar vinculado a um partido. Política não seria a participação na comunidade, a reivindicação de direitos, o exercício da cidadania, mas outra coisa voltada para, como afirmou, “o bem do homem do campo”. A hipocrisia é flagrante, visto que a ação conciliatória da Igreja, dirigindo uma massa de camponeses sob o nome de sindicato, era uma atitude política, isso sem mencionarmos as ligações, evidentes ou veladas, que essas lideranças tinham e, ainda têm, com os grupos políticos partidários regionais.

A Ata nº 9 trata da reunião do STRPL realizada em 6 de junho de 1964, dois meses após a oitava sessão. Não há uma justificativa na ata quanto ao fato de não ter ocorrido com a mesma proximidade em que se realizaram as outras. Semelhante a algumas atas anteriores, nesta se informa o pequeno número de sócios. Novamente o presidente se ausentou da sessão e esta foi presidida pelo tesoureiro. Nesta reunião, compareceu um dentista contratado pelo governo para atender aos trabalhadores sindicalizados. Outro fato relevante foi o pedido de renúncia do presidente por meio de uma carta que foi lida e, na ocasião, o tesoureiro tornou-se o seu substituto. Não se explicita com maiores detalhes a renúncia do presidente; apenas este informou ter outra atividade que o impedia de prosseguir no cargo.

O conteúdo dessa ata revela a baixa frequência dos sindicalizados. A pergunta a ser feita é o porquê disso. Seria o fato de esses trabalhadores rurais não se sentirem representados? Como podemos perceber, o presidente nunca exerceu o seu papel, talvez porque a sua indicação para o cargo tenha sido apenas para compor o grupo dirigente e ser subserviente a quem realmente “mandava” no sindicato, a Igreja. Outra explicação poderia ser a falta de consciência de classe daqueles trabalhadores. É evidente que eles foram mobilizados a se sindicalizar pelo respeito que tinham aos membros do clero somado ao medo do comunismo. Para muitos, o ato de se sindicalizar, assinar um documento ou colocar a sua digital, já era o suficiente. O Estatuto lido nas reuniões era algo muito distante das relações de poder das quais faziam parte. De todo modo, fica evidente a fragilidade daquele órgão de representação de trabalhadores.

A 10ª reunião do STRPL ocorreu em 5 de dezembro de 1964, conduzida pelo Cônego Oriel. Algumas informações nessa ata são relevantes para aprofundarmos nosso entendimento sobre o

envolvimento deste padre na organização do Sindicato. Ele se compromete a negociar com os odontólogos da cidade um valor acessível para tratamentos dentários, visto que o profissional antes indicado para ali exercer o seu trabalho, já registrado em uma ata, não assumiu “por perseguições políticas”, um fato infelizmente não elucidado no documento, mas que evidencia o jogo do poder local no controle do sindicato, visto que este poderia render votos.

Também marcou essa reunião a denúncia de um sindicalizado sobre a sua expulsão da terra sem nenhuma indenização. O denunciante alegou ainda o prejuízo causado pelo gado do dono das terras que invadiu e destruiu sua plantação de algodão. O problema ficou para ser resolvido na próxima reunião, mas podemos adiantar que na sessão do dia 12 de dezembro de 1964, relatada na 11ª ata do STRPL não houve nenhum acordo entre as partes. O sindicalizado teve que se defender perante o proprietário, que compareceu à reunião acompanhado de mais três senhores, talvez uma forma de intimidação. Podemos visualizar a tensão dessa sessão que, segundo o redator da ata “foi movimentadíssima”. O proprietário da terra alegou que o denunciante não tinha razão, que fosse buscar a justiça e se retirou da reunião. Em seguida, o Pe. Oriel fez seu discurso, mas não há nada escrito acerca de alguma posição deste com relação ao fato.

Embora não possamos afirmar algo para além do que consta do documento, podemos nos basear em pistas, evidências, conjecturas. Provavelmente, o desfecho do fato narrado na ata tenha mostrado a todos os presentes naquela sessão do STRPL que ali o poder continuava nas mãos dos proprietários, mesmo que o Estatuto do Trabalhador Rural, lido nesses encontros, destacasse os direitos desses trabalhadores. É bem provável que o denunciante tenha dado crédito ao que era lido e, por isso, buscou os seus direitos. Contudo, o direito tratado no Estatuto era uma realidade distante para muitos trabalhadores rurais, pois:

a) as juntas de conciliação e julgamento só existiam nas grandes cidades, ficando a aplicação das leis trabalhistas no campo a cargo dos juizes de direito, sobrecarregados com diversas questões da Justiça comum; b) as relações de dependência pessoal dos trabalhadores rurais em relação aos seus patrões fazia com que não reclamassem seus direitos, com medo de enfrentar o poder patronal, sofrer perseguições ou perder o emprego; c) o desconhecimento da legislação trabalhista por parte dos trabalhadores do campo, relacionado quer ao controle dos proprietários de terra sobre seus trabalhadores, quer à insipiência e à fragilidade do movimento sindical, dificultava as reclamações judiciais (LAMARÃO; MEDEIROS, 2009, n.p.).

A 12ª ata do STRPL é datada de 8 de maio de 1965 e, como de costume, o orador principal foi o Cônego Oriel, que informou sobre o acordo feito para a assistência dentária aos sindicalizados e a aquisição de três rádios para dar início à escola radiofônica. Além deste, outro ponto do discurso do padre nos chama a atenção ao relatar o “[...] tremendo choque que sofreu o sindicato com o exército militar, disse que o Sindicato não foi criado para o comunismo, mas sim, para o bem do país”. O redator da ata nos deixa uma incógnita: estaria o clérigo se referindo às perseguições feitas aos STR pelo governo temendo a infiltração dos comunistas? Essa observação traz implicitamente uma decepção do padre com os governos militares? É sabido que algumas instituições defensoras do golpe civil-militar, como a Igreja, embora não por unanimidade, passaram a questionar e até denunciar algumas medidas tomadas pelos governos militares. O bispo Dom Helder Câmara, de Recife e Olinda, é um exemplo disso: “Perseguido pelos militares e sob

censura da imprensa, foi chamado de ‘bispo vermelho’, ‘comunista de batina’ e ‘santo rebelde’” (FREIRE, 2020, p.8).

Outro elemento importante nessa ata é a menção às escolas radiofônicas, uma realidade em alguns pontos do Nordeste, sobretudo do Rio Grande do Norte, mencionado nas pesquisas de Paiva (2014; 2017) como uma forma mais eficaz e rápida de controle ideológico da Igreja nas escolas rurais, afastando essa população do “perigo” comunista.

Na 13ª sessão do STRPL, em 8 de maio de 1965, o Cônego Oriel informou aos presentes que “[...] em Natal e Agulhas Negras procuravam os interesses dos Trabalhadores Rurais. Disse que tinha sido criados inúmeros Sindicatos perigosos e que o governador ordenou que não houvesse mais reuniões”. Logo, está clara, nesse trecho, a preocupação do padre com a perseguição do governo militar aos sindicatos, pois conforme Silva (2020), não foram poucos os STR investigados no Brejo Paraibano, chegando até mesmo a afastar alguns padres de suas paróquias. O redator da ata deixa dúvida sobre qual governador havia determinado a suspensão das reuniões, se o da Paraíba ou o do Rio Grande do Norte. Mas, talvez isso tenha implicado no fato de a próxima reunião só ocorrer 6 meses depois.

Também nessa sessão, o padre, mais uma vez, fez uma saudação aos camponeses pedindo para que estes primassem pela união da classe. Considerando o seu caráter conservador, ficam os questionamentos: qual a união pretendida pelo religioso? Uma obediência às lideranças, dado o medo que alguma ovelha se desgarrasse do seu rebanho e se associasse a um dos “sindicatos perigosos”? União no sentido de não gerar conflitos entre as classes, como a que tinha ocorrido em sessões recentes do STRPL? União em prol de um ideal ao ponto de denunciar alguém que não estivesse seguindo a cartilha da Igreja?

Em janeiro de 1966, na 14ª sessão do STRPL, o presidente da sessão facultou a palavra para o Cônego Oriel que, dessa vez, foi apresentado pelo redator da ata como o “diretor desta associação”, um ato falho? O religioso falou “[...] sobre a nova reforma, para que cada proprietário se preocupar sinceramente pelo cadastramento de sua propriedade. Assegurando que o governo está ajudando para os operários que não tem terras. O mundo foi feito para todos. As terras cadastradas podem contribuir para o melhoramento do nosso país” *[sic.]*.

Quanto a essa “nova reforma”, cremos se tratar da proposta do Estatuto da Terra, visto que a anterior foi aniquilada com o golpe de 1964. Esse Estatuto foi sancionado pelo presidente Castello Branco, mediante a Lei nº 4.504, de 30 novembro de 1964. Para Martins (1981, p. 96), o Estatuto prometia “[...] uma reforma agrária tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos”.

Na 15ª ata do STRPL, de 5 de fevereiro de 1966, o Cônego Oriel “[...] sugeriu aos camponeses a enviar um telegrama ao governador do estado dando-lhe as felicitações de um novo governo”. O padre comentou sobre a espera do registro do sindicato. Para ele: “A situação está muito confusa falando, sob o governo de Castelo Branco, sob a eleição 30 de setembro de governadores e vive-governadores. E o 7º ato Complementar até para os prefeitos”. *[sic.]*

Embora a escrita do documento seja insuficiente quanto à clareza, podemos perceber o alinhamento político do STRPL ao novo governador da Paraíba, João Agripino Filho, da Aliança

Renovadora Nacional (ARENA). Quanto à política nacional, o discurso do padre demonstra a insegurança quanto às eleições diretas ou não trazida pelo Ato Complementar nº 7, de 31 de janeiro de 1966, apenas 5 dias antes daquela reunião. Percebe-se, novamente, um tom de hesitação no discurso do padre. Seriam dúvidas quanto ao governo que apoiou no golpe?

As atas das reuniões são omissas quanto à distância temporal entre essas últimas reuniões. Os relatos acerca da biografia do Cônego Oriel Fernandes relatam que este, após algum tempo doente, faleceu em 17 de maio de 1969. Apesar de não podermos associar, com segurança, o seu estado de saúde à ausência de sessões do STRPL, esta é uma hipótese viável, visto que, como vimos, a sua presença era fundamental nas reuniões.

No entanto, Silva (2020), na sua pesquisa sobre os “Sindicatos dos Padres”, considera que, com o golpe de 1964, os sindicatos passaram por um processo de esvaziamento, tanto porque a Igreja considerava concluído o seu trabalho de combate ao comunismo quando houve a “revolução de 1964”, quanto pelo fato de vários sindicatos terem sido postos em suspeição pelo novo regime, chegando alguns padres a serem afastados das paróquias. Naturalmente, esse clima de tensão mereceria cuidados por parte dos líderes dos sindicatos, mesmo daqueles mais conservadores, como era o STRPL.

### ***Considerações finais***

Neste artigo, tivemos a intenção de analisar as ações educativas da Igreja Católica na organização e direção dos STR, tendo como enfoque o Sindicato de Pombal e Lagoa no interior paraibano, criado em 1963. Quanto à educação, esta foi vista em seu sentido lato, fazendo parte de todo processo que envolve a formação humana na sociedade.

Orientada por sua doutrina social, a Igreja, a partir de meados do século XX, procurou se aproximar das camadas populares imbuída de uma perspectiva assumidamente anticomunista, com vistas ao apaziguamento entre as classes sociais de modo a barrar o avanço das Ligas Camponesas, em sua maioria ligadas ao PCB. Nessa direção, foram criados o MEB, o SAR e as escolas radiofônicas com o objetivo de ficar o mais próximo possível da população rural. Mais tarde, em 1962, com o incentivo à criação dos STR, pelo próprio governo brasileiro, a Igreja vê, nessas associações, uma forma de dirigir essa massa antes que fosse tomada pela influência comunista.

Assim, na Paraíba, como em outros estados nordestinos, os STR, fundados pela Igreja, preocuparam-se mais em frear os movimentos camponeses que agir em prol da defesa dos interesses dessa classe. Merece realce o caráter hegemônico da Igreja, visto que os padres – considerados por nós como intelectuais a serviço da classe dominante – contavam com o seu prestígio junto à sociedade. Não à toa, o Cônego Oriel Fernandes é elogiado em uma das atas do STRPL como “dinâmico e incansável pároco da Igreja Matriz de Pombal que tanto se esforça pela classe dos trabalhadores rurais”.

Seis décadas se passaram desde a criação do STRPL, destas, duas sob a Ditadura Militar. O que restou, em grande número, foi um rosário de sindicatos assistencialistas, voltados para os interesses e a ascensão política de seus líderes. Resta aos trabalhadores desconstruir a hegemonia da atual classe dominante



e “invertê-la”, tomando a direção e o controle desses órgãos. Significa lembrar a obra *Educação como prática de liberdade*, publicada em 1965, pelo patrono da educação brasileira: a grande luta “[...] vem sendo, através dos tempos, a de superar os fatores que o fazem acomodado ou ajustado. É a luta por sua humanização, ameaçada constantemente pela opressão que o esmaga, quase sempre até sendo feita – e isso é o mais doloroso – em nome de sua própria libertação” (FREIRE, 2021, p. 59-60).

### Referências:

- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- BRASIL. **Decreto Nº 1.878, de 13 de dezembro de 1962**. Aprova o Regulamento da Superintendência de Política Agrária - SUPRA. Brasília, DF, 1962. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/78439-aprova-o-regulamento-da-superintendencia-de-politica-agruria-supra.html>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. (Org.) **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 –** Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- COSPITO, G. Hegemonia. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2014. p.722-728.
- CONTANDO SAUDADE. (Blog). 11 nov. 2011. Disponível em: <http://contandosaudade.blogspot.com/2011/11/monsenhor-oriel-antnio-fernandes-18-de.html>. Acesso em: 20 out. 2022.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CRUZ, D. S. Sindicalismo Rural, Igreja e Partidos no Rio Grande do Norte em 1960. In: SILVA, L. A. M. *et al.* **Movimentos sociais**: para além da dicotomia rural-urbano. João Pessoa, 1985. p. 61-69.
- DOMBROWSKI, O. A opção pelo estado: um estudo sobre o envolvimento da Igreja Católica com o problema da reforma agrária no Brasil. **Caderno CEAS**, Salvador, n. 223, p. 1-13, jul./set. 2006.
- DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000200004>.
- DEZEMONE, M. **Do cativo à reforma agrária**: colonato, direitos e conflitos (1872-1987). 2008. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- FERREIRA JR., A; BITTAR, M. A pedagogia da escravidão nos *Sermões* do Padre Antonio Vieira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 84, n. 206/207/208, p. 43-53, jan./dez. 2003.
- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 50. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- FREIRE, E. A. **Dom Helder Câmara**: Igreja e imprensa durante a ditadura militar. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- GONZAGA, M. Homenagem ao Monsenhor Oriel Antônio Fernandes. **Portal Clemildo Brunet**. Pombal-PB, 14 jul. 2008. Disponível em: <https://clemildo-brunet.blogspot.com/2008/07/homenagem-ao-monsenhor-oriel-antnio.html?m=0>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Vol. 1.

- LAMARÃO, S.; MEDEIROS, L. S. **Estatuto do trabalhador rural**. CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, c2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br//cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, J. S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**, S. Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, out. 1999. <https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000200007>.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.
- MORAIS, C. S. **História das Ligas Camponesas no Brasil**. Brasília: IATEMUND, 1997.
- NOBRE, G. F. **A trajetória do sindicalismo rural na Paraíba**. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1990.
- PAIVA, V. **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Loyola, 1985.
- PAIVA, M. M. **Igreja e renovação: educação e sindicalismo no Rio Grande do Norte (1945-1965)**. Natal: EDUFRN, 2014.
- PAIVA, M. M. A arquidiocese de Natal e as escolas radiofônicas (Rio Grande do Norte, Brasil). **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 75, p. 133-146, 2017. Disponível em: <https://rieoci.org/historico/documentos/rie75a06.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2022.
- PESSOA, V. G. **As Ligas Camponesas na Paraíba: história e memória**. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- POMBAL, PB. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal e Lagoa. **Livro de atas de reuniões extraordinárias: Ata de fundação, de 22 de setembro de 1963**. Pombal, 1963.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 13-15, 1989.
- SANTOS, F. R. Reflexões acerca dos conceitos de estado, hegemonia e educação na obra de Antonio Gramsci sob a interpretação de seus comentadores: entre divergências e convergências. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 13, n. 2, p.803-818, ago. 2021. <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44717>.
- SANTOS, V. E. dos. **A luta anticomunista a partir dos órgãos de informação da ditadura brasileira (1969- 1979)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- SILVA, W. K. M. **Dos sindicatos dos padres à igreja viva: Igreja Católica e questões sociais do campo no brejo paraibano da década de 1960**. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.
- VIANNA, L. W. A república, entre nós, ainda não é uma realidade. Entrevista concedida a Marco Antonio Villa. 30 out. 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1NYF\\_91k3n0](https://www.youtube.com/watch?v=1NYF_91k3n0). Acesso em: 15 out. 2022.
- VIEIRA, A. Pe. Sermão Décimo Quarto do Rosário. In: BOSI, A. (Org.) **Essencial Padre Antônio Vieira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- XAVIER, W. J. F. **As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé: memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-1964)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

---

### Notas

<sup>1</sup> Doutor em Educação (UFRN) e Pós-doutorado em Educação (UFF). Professor titular do IFRN, Campus de Mossoró, e líder do Grupo de Estudos "Trabalho, Educação e Sociedade" (G-Tres), grupo em rede com o Histedbr, da Unicamp. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino (IFRN/UERN/UFERSA), do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado Profissional em Rede Nacional), Polo IFRN/Mossoró e do Programa de Pós-graduação em Educação (IFRN/Natal). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7340894360051987>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9721-9812>. E-mail: [chagasifrn@gmail.com](mailto:chagasifrn@gmail.com).

<sup>2</sup> Atualmente esses sindicatos são separados. Embora a denominação atual seja "Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Pombal", manteremos aqui o seu nome original.

<sup>3</sup> Conforme Santos (2022, p.47), o argumento mais utilizado pelos anticomunistas, no decorrer do século XX, é de que o comunismo e os comunistas eram estranhos ao Brasil, "seriam alienígenas, estrangeiros, forâneos, exóticos. O início da infiltração dos 'alienígenas comunistas' teria se dado nas primeiras décadas do século passado, quando vieram muitos comunistas entre os trabalhadores imigrantes".

<sup>4</sup> As Ligas não eram um bloco homogêneo. Conforme Pessoa (2015) e Silva (2020), a cisão nas Ligas ocorreu durante o Congresso de Belo Horizonte, em 1961, quando o "grupo de Julião" defendeu o *slogan* "Reforma agrária na lei ou na marra"; enquanto o Partido Comunista partiu em defesa do reconhecimento da sindicalização rural por parte do Estado.

<sup>5</sup> Pessoa (2015) faz um excelente trabalho sobre essa temática a partir dos registros da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória na Paraíba, a aquisição de depoimentos de antigos trabalhadores rurais, de lideranças do movimento e de familiares de perseguidos pelo regime civil-militar. Também recomendamos a obra de Retrato da repressão política no campo (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010).

<sup>6</sup> A morte de João Pedro Teixeira e o destino que teve a sua família é muito bem retratada no documentário "Cabra marcado para morrer", produzido por Eduardo Coutinho, em 1984. Segundo Silva (2020), o latifundiário e político Aginaldo Veloso Borges foi acusado como mandante do crime. Duas décadas depois, Borges foi novamente acusado de assassinato, dessa vez de Margarida Maria Alves, líder sindical de Alagoa Grande-PB.

<sup>7</sup> Ruy Carneiro e Francisco Pereira Vieira, "Seu Chico", eram políticos pombalenses. O primeiro foi governador (interventor) da Paraíba, nomeado pelo Presidente Vargas, e eleito 4 vezes senador da República. Com o golpe civil-militar de 1964, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Chico Pereira foi prefeito de Pombal e várias vezes eleito deputado estadual pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Seus filhos também seguiram a carreira política.

Recebido em: 17 de nov. 2022

Aprovado em: 31 de mar. 2023